

Para o Brasil: uma resposta política, liderada pelos EUA, ^{com. Onai} 27 OUT 1983

Riordan Roett (*)

(Publicamos abaixo a parte conclusiva do longo depoimento feito em fins de setembro, diante de uma comissão do Senado dos EUA, pelo professor Riordan Roett, diretor em Washington do Programa de Estudos Latino-Americanos da Escola de Estudos Superiores Internacionais da Johns Hopkins University.).

Os fatos são claros. O Brasil está falido, em termos financeiros. Está rapidamente entrando na maior crise social deste século. Seu sistema político democrático, frágil, está cercado por todos os lados, por exigências múltiplas, pressões contraditórias e lideranças nacionais incertas e perplexas.

O governo norte-americano precisa reconhecer que a situação no Brasil não pode ser deixada aos bancos comerciais privados. Os ditames do FMI são provavelmente insuficientes para servir de guia para a conduta neste caso. A questão da dívida é política e somente uma resposta política, liderada pelos Estados Unidos, será suficiente para lidar com a situação.

O governo norte-americano adotou medidas positivas e úteis, começando com a visita do presidente Reagan em dezembro de 1982 e o anúncio de um empréstimo-ponte. A recente garantia do Export-Import Bank também é útil. Mas, em si, essas medidas são inadequadas.



sição moralmente correta para os Estados Unidos.

Segundo, o governo norte-americano precisa tomar a iniciativa de reunir um consórcio de interesses para discutir a atual crise. O FMI, o Federal Reserve System, os bancos comerciais privados nos Estados Unidos, no Japão e na Europa Ocidental e o governo brasileiro precisam ser convidados. Um amplo pacote de financiamento a curto e médio prazos deveria ser negociado até o final de 1983. Passos adicionais deveriam ser iniciados para renegociar a maior parte da dívida brasileira. Novos recursos terão de ser colocados à disposição, a taxas menores de juros e ou a prazos mais longos.

Terceiro, o princípio orientador dessa abordagem precisa ser político. Embora a dívida e o financiamento da dívida estejam no centro das discussões, na realidade as dis-

cussões estarão tratando do papel do Brasil no sistema internacional durante os anos remanescentes do século XX e dos vínculos dos Estados Unidos com o Brasil no contexto do papel dos Estados Unidos no hemisfério Ocidental nas décadas vindouras.

O drama do atual impasse é evidente. Não há necessidade de dramatizá-lo ainda mais — os dados sociais falam por si. Será útil, também, continuar a estudar planos mais elaborados do que os propostos para lidar com a dívida do Terceiro Mundo. Existe um grande número de idéias, algumas das quais são boas e algumas impraticáveis. Mas elas constituem uma solução de médio prazo, na melhor das hipóteses. Emitir uma nova rodada de Direitos Especiais de Saque ajudaria, e o apoio do Congresso norte-americano ao aumento de US\$ 8,4 bilhões na contribuição norte-

americana ao FMI é essencial para a saúde do sistema financeiro internacional. Mas, novamente, essas são respostas genéricas, embora importantes para o problema geral. O que é preciso é a ajuda direta e de emergência, de curto prazo, liderada pelo governo norte-americano, talvez usando os bons ofícios de especialistas não governamentais, para iniciar um processo de negociação política com a pressuposição de que o cacife é muito elevado e um resultado bem-sucedido para essas negociações é crucial para o interesse nacional dos Estados Unidos.

Ao longo de anos, os Estados Unidos vêm evitando entender o potencial do Brasil como aliado e parceiro amistoso nas Américas e em outras partes do mundo. E trágico que a atual crise tenha sido o mecanismo acionador para levar a uma reavaliação sé-

ria dos nossos laços com o Brasil. Se a crise servir para estimular uma resposta apropriada — uma resposta política, e não estritamente financeira —, algo positivo e importante terá sido realizado. Senão, o Brasil poderá sobreviver de alguma forma. Poderá passar por um período de austeridade e dificuldades sociais sem comparação em sua história. Mas prevejo que o resultado provável será uma perspectiva muito diferente, por parte dos brasileiros, dos problemas mundiais e uma abordagem diferente em relação à sua inserção no futuro sistema internacional.

Essa abordagem não corresponderá necessariamente aos interesses dos Estados Unidos — embora isso eu não possa garantir. Vale a pena arriscar agora, para depois descobrir que o nosso relacionamento (com o Brasil) é irrecuperável? Acho que não. Exor-

to o Congresso dos Estados Unidos a manifestar a sua preocupação à Administração e a indicar a sua disposição de participar, como é apropriado, nas negociações que estou propondo hoje. Embora existam agora, e continuará a existir, diferenças entre o Congresso e o Executivo sobre qual seria a legislação apropriada para regular os empréstimos bancários, fornecer empréstimos garantidos e questões conexas, não se deve permitir que esses pontos específicos, embora importantes, obscureçam a necessidade vital de um alto nível de consenso, dentro do governo norte-americano, a respeito dos esforços políticos, imediatos e eficazes, para identificar e responder à crise brasileira de endividamento, em todas as suas manifestações.

(*) Cientista político norte-americano, brasiliense.

Primeiro, os Estados Unidos deveriam fornecer ajuda de emergência em alimentos e remédios, se solicitados, para os pobres das áreas urbanas e rurais do Brasil. Certamente, o instinto humanitário na política estrangeira norte-americana não está moribundo? A assistência social é um investimento em boas relações, além de ser a po-